

24/08/2010

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 765.377 RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. CÂRMEN LÚCIA  
AGTE. (S) : VIRGÍNIA DANTAS FERREIRA  
ADV. (A/S) : NELSON RIBEIRO ALVES FILHO  
AGDO. (A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
AGDO. (A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IPERJ  
AGDO. (A/S) : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA  
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO REGE-SE PELA LEI DO TEMPO EM QUE REUNIDAS AS CONDIÇÕES PARA SUA CONCESSÃO. PRINCÍPIO *TEMPUS REGIT ACTUM*. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento**, nos termos do voto a Relatora.

Brasília, 24 de agosto de 2010.

Ministra CÂRMEN LÚCIA - Relatora



24/08/2010

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 765.377 RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
AGTE. (S) : VIRGÍNIA DANTAS FERREIRA  
ADV. (A/S) : NELSON RIBEIRO ALVES FILHO  
AGDO. (A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
AGDO. (A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IPERJ  
AGDO. (A/S) : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA  
PROC. (A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

R E L A T Ó R I O**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Em 6 de outubro de 2009, neguei seguimento ao agravo de instrumento interposto por Virgínia Dantas Ferreira e outros contra decisão que não admitiu recurso extraordinário contra julgado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A decisão agravada teve a seguinte fundamentação:

"6. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a pensão regula-se pela lei vigente na data da morte do instituidor:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO ANTERIOR À LEI N. 9.032/95. IMPOSSIBILIDADE DE RETROAÇÃO. SÚMULA 359 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO PROVIDO. 1. Em matéria previdenciária, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a lei de regência é a vigente no tempo de concessão do benefício (tempus regit actum). 2. Lei nova (Lei n. 9.032/95 para os beneficiados antes do seu advento e Lei n. 8.213 para aqueles que obtiveram a concessão em data anterior a 1991), que não tenha fixado a retroatividade de seus efeitos para os casos anteriormente aperfeiçoados, submete-se à exigência normativa

AI 765.377-AgR / RJ

estabelecida no art. 195, § 5º, da Constituição: 'Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total'" (RE 484.702, de minha relatoria, Tribunal Pleno, DJ 13.4.2007 - grifos nossos).

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. LEI NOVA. AUMENTO DO BENEFÍCIO. RETROAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. I - O benefício previdenciário da pensão por morte deve ser regido pela lei vigente à época do óbito de seu instituidor. II - Impossibilidade de retroação de lei nova para alcançar situações pretéritas. III - Recurso extraordinário conhecido e provido" (RE 498.768, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJ 20.4.2007 - grifos nossos).

7. Dessa orientação jurisprudencial não divergiu o julgado recorrido.

8. Pelo exposto, nego seguimento a este agravo (art. 557, caput, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)" (fls. 248-249).

2. Publicado esse julgado no DJ de 28.10.2009 (fl. 250), interpõem Virgínia Dantas Ferreira e outros, ora Agravantes, em 3.11.2009, tempestivamente, agravo regimental por fax (fls. 252-254) e, em 4.11.2009, o original (fls. 257-259).

3. Alegam os Agravantes que "o regime a que se refere o processado não é aquele decorrente do regime estatutário do servidor que gerou o direito ao pensionamento" (fl. 258).

Sustentam que, "em sendo contratual o sistema, até por ser voluntária a entrada nele do servidor, e oneroso, conseqüentemente, sinalagmático, é violador das normas constitucionais que protegem o direito adquirido e o

**AI 765.377-AgR / RJ**

*ato jurídico perfeito, bases da garantia da segurança jurídica, fundamental no regime democrático, só podendo a extinção unilateral dele, por revogação da Lei regedora, ter efeitos ex tunc, fazendo desaparecer, apenas e somente, a possibilidade de se aplicar a novos ingressos no sistema voluntário de adesão, não podendo ocorrer a hipótese dos autos, isto é, a desconsideração do direito dos destinatários da pensão" (fl. 258 - transcrição conforme o original).*

Requerem a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do presente recurso.

É o relatório.

AI 765.377-AgrR / RJ

V O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):

1. Razão jurídica não assiste aos Agravantes.
2. Em questões previdenciárias, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a regra temporal a ser seguida é a do *tempus regit actum*. Se o benefício previdenciário a ser concedido é a aposentadoria, ele será regido pela lei do tempo em que o beneficiário reuniu os requisitos necessários à sua obtenção. Se o benefício pretendido é a pensão por morte, a lei que o regulará será aquela vigente na data do óbito do segurado, quando surgirá o direito do beneficiário.

Na espécie vertente, ainda que a segurada, mãe das Agravantes, tenha ingressado no sistema previdenciário na vigência da Lei n. 7.301/1973, seu óbito ocorreu após a edição da Lei n. 3.816/1999. Logo, o direito dos Agravantes surgiu sob a égide das condições estabelecidas por esta lei.

Confiram-se, a propósito, os seguintes julgados:

*"PENSÃO - CONFLITO DE NORMAS NO TEMPO - REGÊNCIA. A regência da pensão faz-se considerada a legislação em vigor na data do falecimento do servidor, descabendo emprestar a texto de lei ou da Constituição eficácia retroativa, no que prevista a percepção pela totalidade dos vencimentos"* (RE 273.570, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJ 5.5.2006).

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO ANTERIOR À LEI N. 9.032/95. IMPOSSIBILIDADE DE RETROAÇÃO. PRECEDENTE DO PLENÁRIO. Em matéria previdenciária, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido*

AI 765.377-AgR / RJ

de que a lei de regência é a vigente no tempo de concessão do benefício (tempus regit actum)" (RE 510.878-ED, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 3.8.2007).

3. Os argumentos dos Agravantes, insuficientes para modificar a decisão agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação jurisdicional.

4. Pelo exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 765.377**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

AGTE.(S) : VIRGÍNIA DANTAS FERREIRA

ADV.(A/S) : NELSON RIBEIRO ALVES FILHO

AGDO.(A/S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AGDO.(A/S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- IPERJ

AGDO.(A/S) : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 24.08.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Mathias.

Fabiane Duarte  
Coordenadora